SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas
Filiado à Conlutas

Terça-feira, 3 de Agosto de 2010 - JJ 393 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Nesta quarta 4/08: 'apagão' nacional do Judiciário



Pelo PCS e contra o congelamento de salário

Em São Paulo, haverá paralisação de 2 horas na JF/TRF, JT/Barra Funda e TRE. Em Santos, servidores também vão para JT e JF

Retomar a mobilização nacional da categoria segue sendo o caminho indicado para conquista do PCS-4, ainda indefinido e sem garantias de que será aprovado. Assim se posicionaram os servidores que participaram da reunião ampliada da federação nacional, no domingo (1º), em Brasília.

Com 126 representantes de 26 sindicatos estaduais, entre delegados e observadores, o primeiro encontro nacional após a suspensão da greve aprovou um calendário de atividades pela revisão dos Planos de Cargos e Salários. Manteve o "Apagão" no Judiciário Federal programado para esta quarta, 4 de agosto.

Em todo país haverá atos e paralisações como parte da retomada da mobilização pelo PCS.

Em assembleias realizadas na semana passada, os servidores de São Paulo definiram parar por duas horas nesta quarta e manter a mobilização pela aprovação do PCS ainda neste semestre.

Reunião ampliada

A ideia de que a aprovação dos projetos de lei que revisam os salários (PL 6613/2009 e PL 6697/2009) já estaria acordada e garantida foi contestada por quase todos os servidores que se manifestaram na reunião ampliada da Fenajufe. A visão de que apenas a palavra do presidente do STF, Cezar Peluso, de que tudo será resolvido, sem especificar em que termos, foi defendida apenas pelo representante do sindicato do Distrito Federal (Sindjus-DF), no momento em que foram dados informes das mobilizações nos estados.

O Sintrajud ressaltou que era necessário manter a mobilização e que, sem luta não haverá qualquer conquista. "Seguimos com a opinião de que a aprovação do PCS continua difícil", avaliou a diretora do Sindicato e da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo. "A tarefa é garantir um calendário de mobilização, ainda mais tendo na mesma Comissão de Finanças da Câmara um outro projeto do governo que congela os salários por dez anos", disse ao defender um calendário de atividades para barrar a política de congelamento salarial, que pode virar lei caso o PL 549/2009, que já passou pelo Senado, seja aprovado.

Além das manifestações do "Apagão" da quarta-feira, os servidores escolheram 2 de setembro como data de novos atos e paralisações nos estados.

Subsídio foi debatido

A reunião ampliada que reafirmou a luta pelo PCS-4 foi marcada por um intenso debate sobre a proposta de subsídio, forma possível de remunerar servidores alternativa à atual, introduzida na Constituição Federal pela reforma administrativa de 1998, promovida pelo então presidente Fernando Henrique.

Ao final dos debates, nos quais vinte servidores discursaram sobre o assunto, o plenário aprovou por maioria manter a luta pelo PCS-4 sem as emendas apresentadas aos projetos e remeter a questão do subsídio para um estudo e debate mais aprofundado de plano de carreira, a ser realizado logo após a aprovação dos projetos.

Calendário

4 de agosto
"Apagão" no Judiciário Federal e MPU pela garantia dos recursos para o PCS-4, com paralisações e protestos;

13 de agosto
Prazo limite para o envio da proposta orçamentária do Judiciário ao Ministério do Planejamento, cujo prazo final é dia 15, um domingo;

24 de agosto
Reunião da direção executiva da federação nacional (Fenajufe);

25 a 27 de agosto
Rodada de assembleias nos estados

2 de setembro
Dia Nacional de Mobilização com paralisações;

1ª Quinzena de setembro
Indicativo de reinício da greve nacional da categoria, caso não haja avanços na luta pelo PCS-4.

Paralisações

JT/Barra Funda
Paralisação das 11h às 13h, no Forum Ruy Barbosa

JF/TRF
Paralisação das 13h às 15h, concentração no TRF

TRE
Paralisação das 13h às 15h, no prédio da Francisca Miquelina

Santos
Paralisação das 11h às 13h, em frente ao Fórum da JF

Praia Grande
Paralisação das 11h às 13, em frente ao Fórum da Justiça do Trabalho

Opinião
Violência contra a mulher precisa ser combatida
Pág 2

Idéias
Texto de Waldemar Rossi sobre lucros no Brasil
Pág 2

PCS X Subsídio
Sintrajud realiza debate sobre PCS X Subisídio
Pág 3

Diretoria de base
Eleição complementar da Diretoria de Base acontece nesta semana. Veja os candidatos, horáio e local da votação
Págs 4

Opinião do Sintrajud

Violência contra a mulher:
um mal que precisa ser combatido

Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil. Esses dados são resultado de um estudo feito pelo Mapa da Violência 2010, do Instituto Sangari com base em informações do Sistema Único de Saúde. O mais grave é que a maioria é assassinada por ex-namorados, maridos, companheiros, inconformados com o fim de uma relação ou com a resistência da mulher em se submeter a eles. São muitas mulheres violentadas física e psicologicamente, assassinadas todos os dias. Algumas ganham destaque na imprensa, mas a maioria morre anônima, vítima dessa sociedade machista, onde as mulheres são vistas cada vez mais como simples objeto sexual.

Os milhares de casos de violência e morte de mulheres e a impunidade que os cerca, a insuficiência da lei, as diferenças salariais e nos cargos que ocupam no local de trabalho é fruto da sociedade desigual que vivemos.

Caso recente como de Eliza Samudio (ex-namorado do goleiro Bruno) ganhou o noticiário nacional por ter entre os principais suspeitos de seu "desaparecimento" uma pessoa famosa. Mas isso não foi o suficiente para que a Justiça a protegesse mesmo depois das inúmeras denúncias feitas contra o goleiro. Inclusive Elisa filmou o depoimento na frente da delegacia dizendo que deu queixa e precisava de proteção. Entretanto, a juíza do Juizado de Violência Doméstica, que recebeu a denúncia em novembro do ano passado, negou seu pedido de proteção alegando que não cabia a aplicação da Lei Maria da Penha, "uma vez que teve com Bruno apenas uma relação eventual e a lei tem como objetivo proteger a família".

Outro exemplo de descaso com a vida da mulher foi o assassinato da cabeleireira Maria Islaine de Moraes, de Belo Horizonte. Ela foi oito vezes à delegacia, recebeu medida protetiva decretada pelo juiz – que determinava que o marido não poderia se aproximar dela – e mesmo assim foi assassinada por ele dentro do salão onde trabalhava. Ela colocou câmeras no salão para comprovar as ameaças e o seu assassinato foi filmado. Levou seis tiros, que poderiam ser evitados se de fato a justiça tivesse impedido a aproximação do seu ex-marido.

Em entrevista à revista Istoé, de 21 de julho, a especialista em crimes contra a mulheres, promotora Luiza Eluf ressalta que o machismo é um padrão de comportamento que atinge todas as classes sociais e que "enquanto o machismo não acabar as mulheres continuarão morrendo".

Dispersar-nos ou dividir-nos é o atalho mais rápido para derrota

Luiza Eluf tem razão quando faz essa afirmação. Porém, as pobres têm menos possibilidade de reagir e libertar-se dessa situação. Muitas sofrem com o desemprego ou baixos salários e dependem financeiramente do homem que as agride. Além disso não tem creche para deixar os filhos e o governo não garante casa-abrigo para acolher essas mulheres. Por isso, só criar leis não é o suficiente para colocar fim à violência contra a mulher. É necessário que o Governo garanta as condições necessárias para que a mulher se liberte de quem a está oprimindo. É preciso avançar na luta contra o machismo e exigir que estes tipos de homens que cometem atos violentos e agressivos contra as mulheres sejam severamente punidos. É preciso lutar por leis que garantam a segurança das mulheres. Pois não se pode permitir que as agressões sofridas caiam na impunidade e no esquecimento.

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Vocês produzem, nós ganhamos!

*Waldemar Rossi **

A euforia toma conta do mercado financeiro e a mídia nos mostra isso como uma grande vitória do país. Muita gente, desabituada a ver as notícias com olhos críticos, acaba por recebê-las com um grande sorriso nos lábios.

Segundo a crença popular, cuja opinião é formada pelos meios de comunicação, isso é um sinal de que o país caminha certo e que nosso povo, finalmente, "terá paz e sossego na vida", como se canta durante a passagem do dia 31 de dezembro para o primeiro de janeiro. Desabituado a acompanhar no dia a dia o "vai e vem da valsa" financeira, não percebe que isto é um mero jogo fiscal e que quem ganha é exatamente quem vive como urubu que se nutre da carniça dos outros.

No último dia 19 a imprensa nos revelou que grandes empresas investiram 12 bilhões de dólares no país, entre janeiro e maio, na ciranda financeira dos altos juros que nosso governo garante e que são, segundo a mesma imprensa, os juros mais altos de todo o planeta.

A idéia que passa pela cabeça do povo é que a entrada de mais dinheiro no país significa mais produção, mais emprego e melhores condições de vida para todos. Infelizmente, inúmeros militantes partidários crêem que isto é bom para o país ou simplesmente repassam a "boa nova" como mérito do governo, até porque estão encastelados em gabinetes de parlamentares e se vêem forçados a aceitar a versão dos chefes, que lhes garantem uma renda mensal, também tirada do bolso do povo a quem enganam.

Em ano eleitoral, tudo o que se pode usar para alavancar candidaturas é usado e tido pelos espertos como válido, num condenável raciocínio de que os fins justificam os meios. Fala-se muita mentira e outro tanto de meias verdades para enganar os menos informados. Assim, o governante de plantão é tido como um estadista porque se locomove com desenvoltura no cenário internacional.

Mal compreende a maioria dos brasileiros que tal popularidade é também, e muito, fruto de um belo plano do capital nacional e internacional para garantir sua continuidade para que não se mate "a galinha de ovos de ouro" dos juros e da dívida eterna. Afinal, como nos informou o próprio presidente, "nunca antes neste país os ricos ganharam tanto dinheiro como neste governo". Lembram-se desta frase?

Os donos do dinheiro querem e planejam para que aconteça: os povos de países como o Brasil devem trabalhar e produzir ao máximo, pagar bons impostos porque essa é a fonte dos nossos interesses.

**** Rossi é ex metalúrgico e coordenador da Pastoral Operária de São Paulo***

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Agenda

Vai Acontecer

4 de agosto
- "Apagão" no Judiciário, em São Paulo haverá paralisação de 2 horas na JF/TRF, JT/Barra Funda e TRE. Haverá também atos e paralisações em to país

10 de agosto
- Dia Nacional de Luta, organizado pela CSP – Conlutas

13 de agosto
Prazo limite para o envio do Judiciário ao Ministério do Planejamento, cujo prazo final é dia 15, um domingo;

24 de agosto
Reunião da direção executiva da Fenajufe, em Brasília

25 a 27 de agosto
Rodada de assembleias nos estados

2 de setembro
Dia Nacional de Mobilização com paralisações;

Aconteceu

28 de agosto
- Assembleia geral que elegeu delegados à reunião ampliada da Fenajufe, na JT/Barra Funda
- Ato em frente ao Consulado do Haiti contra a ocupação militar naquele país, na Avenida Paulista

29 de agosto
-Debate sobre PCS X Subsídio, no auditório da Ematra, no Fórum Ruy Barbosa

30 de agosto
- Reunião da executiva da Fenajufe, em Brasília

1º de setembro
- Reunião ampliada da Fenajufe, em Brasília

Imagem da Semana





Debate esclarece polêmicas sobre PCS X Subsídio





O Sintrajud promoveu um debate sobre o PCS e os imp

O Sintrajud promoveu um debate sobre o PCS e os impactos que a alteração na forma de remuneração da categoria para subsídio poderão trazer. Desde que foram apresentadas duas idênticas emendas propondo a mudança no PL 6613/09, os servidores têm levantado diversos questionamentos sobre o tema. Realizado no auditório da Ematra, na JT/Barra Funda, na quinta, 29, o evento teve grande participação dos servidores de todos os tribunais.

O debate contou com a exposição de Adilson Rodrigues, servidor da JF/Santos, diretor de base do Sintrajud, ex-diretor da entidade e da federação nacional e de Alexandre Melchior Rodrigues Filho, servidor do TRE/SC e membro da Comissão Pró-Subsídio. O advogado do Sintrajud César Lignelli explicou os aspectos jurídicos das emendas e o economista Washington Lima falou sobre as tabelas, os direitos e as dificuldades da aprovação da revisão salarial, seja com ou sem subsídio, tendo em vista a conjuntura mundial. "Parece que é certo que o PCS será aprovado, mas só será com mobilização", sustentou.

Ele citou a crise econômica que já atinge diversos países europeus, onde a primeira medida está sendo cortar gastos com funcionalismo e serviços públicos. Por aqui, segundo o economista, já há sinais de ajustes fiscais, como por exemplo, os sucessivos aumentos da taxa selic – apenas 0,75% de aumento oneram a União em R$ 14 bilhões, recursos que vão para bancos e especuladores – e o PLP 549/09, que prevê o congelamento salarial até 2019. "Preservar a união dos servidores é fundamental nesse cenário", destacou.

Unidade

De acordo com Alexandre, uma das vantagens da proposta do subsídio seria a união da categoria. "No futuro, vamos lutar todos juntos pelo aumento do subsídio", afirmou. Para ele, haveria facilidade nas futuras negociações com essa forma de remuneração.

No entanto, para Adilson, a principal divergência com a proposta de subsídio é o momento inoportuno em que ela foi apresentada, por desunir a categoria. "O subsídio poderia ser discutido em qualquer tempo, não há problema, mas apresentar uma emenda, mudando toda a proposta, nos atrasa, nos retarda, nos obriga a parar e encontrar um consenso entre nós para continuar a luta", sustentou.

Outra crítica foi sobre o método utilizado pelo movimento pró-subsídio, as emendas chegaram à Câmara sem serem discutidas entre a categoria. Adilson lembrou os inúmeros debates, reuniões, seminários, fóruns, assembleias, entre outros eventos, realizados pelos sindicatos de todo o país e pela federação para debater um Plano de Carreira, e desde o início de 2009, uma nova revisão do PCS. "A luta pelo PCS está dada, mas não ganha. Com a nossa divisão, a derrota se vislumbra."

Alexandre disse que o movimento surgiu porque os servidores pró-subsídio "encontravam dificuldades nos sindicatos". Porém fez uma autocrítica e afirmou que os servidores devem procurar os sindicatos, e "se eles não são melhores é porque a categoria não se mobiliza".

Retirada de direitos

Se as emendas do subsídio forem aprovadas, os servidores perderiam direitos conquistados ao longo de anos. Os oficiais de justiça e agentes de segurança seriam os mais prejudicados, pois o subsídio acabaria com a GAS e a GAE. Para todos os outros, seria o fim, além do pagamento de horas extras, do adicional de qualificação, VPNI (incorporações como quintos e décimos), anuênios, gratificação por tempo de serviço, adicional noturno e pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas.

Outro ponto destacado no debate é que o texto das emendas do subsídio acaba com o pagamento de "quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado". Isso seria o fim do pagamento de passivos, como 11,98% e quintos, além de inviabilizar requerer qualquer direito futuramente.

De acordo com o advogado do Sintrajud, César Lignelli, as emendas propõem FCs só para oficiais, excluindo agentes. No entanto, segundo ele, a GAE e GAS foram conquistas do PCS 3. "Como a FC é de livre nomeação e exoneração, antes nem todos recebiam".

Segundo Alexandre, com o subsídio não haveria perda financeira no salário porque mesmo quem recebesse acima do limite da tabela do subsídio, receberia uma Parcela Complementar ao Subsídio (PCS).

Segundo Adilson Rodrigues, "o Sindicato não vai trabalhar para retirar direitos de quem quer seja". "Nenhum veio de graça, mas sim com luta e resistência", ressaltou.

Polêmicas

De acordo com Alexandre, não é certo que o orçamento da implantação do subsídio será menor que o PCS. "Não temos o cálculo orçamentário oficial", disse ele.

César explicou que a emenda poderá ser julgada inconstitucional pelo STF. A iniciativa privativa para alterar a forma de remuneração dos servidores é do STF. "As emendas, se aprovadas e transformadas em lei, poderiam ser questionadas por inconstitucionalidade formal de vício de iniciativa, invalidando o PL 6613", disse.

O principal atrativo da proposta, a tabela, também foi debatido. "Há uma confusão entre o que é a tabela e o que é subsídio", afirmou Démerson Dias, diretor do Sintrajud. Segundo ele, a proposta original de PCS apresentada pela Fenajufe era maior que a atual e houve perda nas negociações.

Sobre a divisão entre servidores novos e antigos, Washington apresentou números que revelam que a maioria dos servidores está em final de carreira e seria prejudicada com a eliminação de direitos legitimamente incorporados. A diretora do Sintrajud Leica Silva questionou: "Se a intenção era valorizar os novos, por que o reajuste é maior no final da carreira?". Ela ressaltou que os servidores que estão na carreira há mais tempo lutaram para torná-la mais atrativa e enfatizou a necessidade de união entre todos: "A vitória será de todos, mas a derrota também".

Eleição/ Direção de Base 2010

Categoria elege novos diretores de base

Mantendo sua tradição democrática, o Sintrajud realiza uma nova eleição para diretores de base. Esta será uma eleição complementar à realizada em 2009. Os novos diretores de base irão compor junto à direção executiva e aos representantes do Núcleo de Aposentados, o Conselho de Base do Sintrajud. Os servidores eleitos serão os representantes oficiais nos locais de trabalho, e farão uma "ponte" entre os servidores e o Sindicato, ajudando a encaminhar as demandas, bandeiras e lutas. Todos os servidores associados ao Sintrajud poderão votar, se você ainda não for associado, sindicalize-se e ajude a escolher o seu representante.

Conheça os candidatos


Ceuni
✔ Fabiano Righi


Ex. Fiscal
✔ Fabiana Carla


Ex. Fiscal
✔ Cristiane Bueno


TRF
✔ Denilson Pereira


TRF
✔ Camarão


TRE
✔ Jeferson Cabral


TRE
✔ Che


JF Marília
✔ Alice


TRF
✔ Fabio Kiyoshi


TRF
✔ Mario


Barra Funda
✔ Filipe Joel


Barra Funda
✔ Cesar Augusto


Barra Funda
✔ Rafael


JF Sto André
✔ Maco Antônio


JF Rib. Preto
✔ Luiz Carlos


JF Previd.
✔ Joaquim

Não deixe de votar! Veja o roteiro das urnas

CAPITAL

Dia/s	urna	horário
2 a 4/08	fixa	11h – 19h
2 a 4/08	fixa	11h – 19h
2 a 4/08	fixa	11h – 19h
5/08	itinerante	14h – 18h
2 a 6/08	fixa	11h – 19h
2/08	itinerante	14h – 19h

local	votantes	nº cand.
barra funda	409	03
tre miq	352	02
trf	679	04
jf previdenciário	20	01
jf ceuni	75	03
jf ex fiscais	79	02

INTERIOR

Data	urna	horário
4/08	itinerante	14h – 19h
6/08	itinerante	14h – 19h
3/08	itinerante	14h – 18h
5/08	itinerante	14h – 19h

local	votantes	nº cand.
jf rib preto	16	01
jf marilia	26	01
jf santo andré	09	01
jf ourinhos	05*	01

Imposto Sindical: servidores da JF devem acessar o site e solicitar restituição

Contrário a cobrança do imposto sindical, o Sintrajud já iniciou a devolução aos servidores do TRF e JF, que pela primeira vez foram descontados no mês de abril. Como até o momento o Sindicato não recebeu a listagem dos servidores da JF, os servidores que não doaram ao Fundo de Greve devem acessar o site do Sindicato e preencher a ficha para receber a restituição.

Sintrajud nas eleições 2010

Mais uma vez o Sintrajud abre um espaço democrático no Jornal do Judiciário para debater as propostas dos candidatos ligados à categoria.

Até o final de setembro, em todas as edições serão publicadas textos dos candidatos com fotos sobre diversos temas de interesse do Judiciário.

Com esse objetivo, estamos solicitando a todos os candidatos da categoria que enviem até a próxima sexta-feira, dia 06, fotografia e texto com no máximo 1000 caracteres sobre porque estão participando das eleições.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaboradores:** Hélcio Duarte Filho e Fernanda Bunny **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000